

ESCRITOS POLÍTICOS

Weber

Editado por
PETER LASSMAN
Universidade de Birmingham

e

RONALD SPEIRS
Universidade de Birmingham

Tradução
REGIS BARBOSA
KAREN ELSABE BARBOSA


wmf martinsfontes

SÃO PAULO 2014

O Estado-nação e a política econômica

(Discurso inaugural acadêmico)¹

Prefácio

O que me levou a publicar as exposições seguintes foi não o consenso, mas a oposição que elas encontraram em grande parte da audiência. Tanto para colegas da mesma área quanto para os de outras disciplinas, haverá informações novas apenas nos detalhes, e a ocasião que lhes deu origem explica o sentido especial no qual apenas elas reclamam o atributo de “ciência”. Pois um discurso inaugural oferece a oportunidade de expor e justificar abertamente o ponto de vista pessoal e, nesse sentido, “subjetivo”, a partir do qual são *avaliados* fenômenos econômicos. As exposições das páginas 17 a 20 foram omitidas devido ao tempo disponível e à audiência, e outras podem ter assumido uma forma diferente na versão oral. Em relação às informações iniciais, cabe observar que elas expõem os acontecimentos de uma forma naturalmente muito mais simples do que aquela como se deram na realidade. Entre 1871 e 1885, os movimentos populacionais nos distritos e municípios isolados da Prússia Ocidental não são uniformes, mas mudam suas características e de modo algum são tão transparentes quanto os exemplos escolhidos aqui. Em

.....
1. Tradução de *Der National und die Volkswirtschaftspolitik. Akademische Antrittsrede* (Freiburg e Leipzig, 1985). O discurso inaugural foi proferido em maio de 1895 e publicado em julho do mesmo ano.

outros casos, certos fatores contrariam a tendência que tentei ilustrar por meio desses exemplos. Ainda voltarei a esse assunto de forma mais detalhada em outra ocasião². É evidente que os resultados que esses números podem oferecer são muito menos fundamentados do que os fornecidos pelas admiráveis publicações de alguns discípulos de Neumann³, referentes à situação das nacionalidades na Posnânia e na Prússia Ocidental. No entanto, na falta de dados corretos, por ora temos de nos contentar com esses, posto que, graças às enquetes rurais dos últimos anos⁴, já conhecemos os principais traços dos fenômenos que ilustram.

O título de minhas observações promete muito mais do que posso e quero cumprir neste momento. O que pretendo é, primeiramente, o seguinte: ilustrar em um *único exemplo*, do ponto de vista físico e psíquico, o papel desempenhado pelas diferenças raciais entre as nacionalidades na luta econômica pela existência⁵. A isso eu gostaria de acrescentar algumas con-

2. Na realidade, Weber não produziu nenhum outro trabalho nessa área que fosse comparável às pesquisas sobre as condições rurais (ver Max Weber, *Gesamtausgabe*, I, 3), que o levaram à cátedra em Freiburg, possivelmente por ter sofrido uma série de perturbações nervosas entre 1897 e 1904. Ele escreveu, no entanto, inúmeros ensaios sobre temas relacionados, reunidos no volume 4 do *Gesamtausgabe*, assim como o texto de 1904, "Agrarstatistische und sozialpolitische Betrachtungen zur Fideikomissfrage in Preußen", *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik* (Tübingen, 1924), pp. 323-93.

3. Friedrich Julius von Neumann (1835-1910), economista, antigo cate-drático da disciplina de Economia Política nas universidades de Freiburg e Tübingen. A obra de Neumann, *Grundlagen der Volkswirtschaftslehre* (Tübingen, 1889), foi incluída na relação de leituras de Weber para seus cursos introdutórios em Economia, *Grundriß zu den Vorlesungen über Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie* (1898), reeditados por Tübingen, 1990.

4. As *Enqueten* às quais Weber se refere eram investigações de problemas sociais específicos, desenvolvidas pela *Verein für Sozialpolitik*, com o objetivo de influenciar políticas governamentais. O estudo do próprio Weber sobre as províncias ao leste do Elba era parte de uma investigação maior do trabalho agrícola.

5. A frase usada por Weber, *Kampf ums Dasein* (luta pela existência), pertence, como *Ausleseprozeß* (processo de seleção), ao vocabulário de argumen-

siderações sobre a situação de Estados fundamentados em uma base nacional – como o nosso –, no contexto da reflexão político-econômica. Escolhi como exemplo uma série de acontecimentos que se deram longe de nós, mas que há uma década têm chamado a atenção pública, e peço-lhes que me sigam até as regiões fronteiriças no Leste do *Reich*, na planície da província da *Prússia Ocidental*. Esse cenário combina a qualidade de região fronteiriça nacional com diferenças extraordinariamente bruscas nas condições econômicas e sociais de existência, o que o torna recomendável a nosso propósito. Infelizmente, antes precisarei contar com sua paciência para expor uma série de dados técnicos.

A província abrange três tipos de contraste em seus distritos rurais.

Primeiramente, há diferenças extraordinárias na *qualidade dos solos da lavoura*: do solo onde se cultivava a beterraba, na planície do rio Vístula, até as colinas arenosas da Cassúbia, estima-se que o rendimento líquido tributável chegue a múltiplos de dez e vinte. Mesmo as médias distritais variam entre 4,75 e 33,66 marcos por hectare.

Além disso, há contrastes na estratificação social da população que cultivava esse solo. Como em todo o Leste da Alemanha, além do "município rural" (*Landgemeinde*), os registros oficiais conhecem uma segunda forma de unidade comunal, desconhecida no Sul: o "domínio latifundiário" (*Gutsbezirk*). De modo correspondente, entre os vilarejos dos camponeses destacam-se na paisagem os latifúndios senhoriais (*Rittergüter*), que são as sedes dos *Junker*, classe que caracteriza a

.....
tos darwinianos a respeito da "sobrevivência dos mais aptos" na inevitável disputa pelos recursos do meio ambiente. Weber aproxima-se de tal vocabulário (como *Verdrängung*: suplantação) em diversos momentos desse trabalho, embora ressalte, em sua nota de rodapé "D", que não aprova a aplicação acrítica das descobertas das ciências naturais nas ciências humanas. "Seleção" (*Auslese*) permanece um conceito importante para Weber. Ver, por exemplo, seu *Economia e sociedade*, capítulo I, seção 8.

estrutura social do Leste. Essas quintas são circundadas por casebres baixos que, junto com lotes de terra e pasto, o senhor (*Gutsherr*)⁶ destina aos jornaleiros*, obrigados a trabalhar durante o ano todo na propriedade senhorial. A área da província divide-se aproximadamente por igual entre os camponeses e os *Junker*, mas em algumas regiões a cota dos domínios latifundiários varia de baixas porcentagens a dois terços da área.

Por fim, dentro dessa população, com sua dupla estratificação social, há uma terceira oposição: a das *nacionalidades*. E, por sua vez, a composição nacional da população em unidades comunais também varia regionalmente. Essa variação é o que nos interessa. Em primeiro lugar, obviamente a densidade da população polonesa (*Polentum*)⁷ aumenta à medida que se aproxima da fronteira. Mas ela também *aumenta* com a *deterioração* da qualidade do solo, como mostra qualquer mapa linguístico. A primeira reação que se tem – não totalmente sem razão – é tentar explicar esse fato do ponto de vista histórico, partindo do modo como os alemães ocuparam o vale fértil do rio Vístula. No entanto, quando se pergunta quais são as *camadas sociais* que no campo representam as nacionalidades alemã e polonesa (*Deutschtum* e *Polentum*), os dados do censo mais recentemente publicado^A (1885) fornecem uma imagem estranha. Apesar de não podermos nos informar

.....
6. "Senhor" corresponde apenas aproximadamente ao termo alemão, *Gutsherr*, portanto não se deve dar por certo que cada um ocupe exatamente a mesma posição na hierarquia das relações feudais.

* Trabalhador que recebe por dia de trabalho. [N. da R.]

7. A palavra *Polentum* é tanto um substantivo coletivo, que se refere ao conjunto do povo polonês, quanto um termo de caracterização, correspondendo, grosso modo, ao termo em inglês *Polishness* [em português, "polonismo"]. Weber passa, repetidamente, de um sentido a outro, assim como faz com o termo, nesse contexto, antitético *Deutschtum*, indicando, desse modo, que a competição entre esses dois grupos populacionais é, também, uma competição entre diferentes conjuntos de características nacionais e valores culturais.

A. *Gemeindelexikon*. Berlim, 1887.

diretamente a partir desses dados sobre a composição nacional dos municípios, podemos fazê-lo de maneira indireta – desde que nos contentemos com números apenas aproximadamente corretos – por intermédio da confissão religiosa, que, dentro da área nacionalmente mista que nos interessa, quase coincide, com baixa porcentagem de diferença, com a nacionalidade. Se separarmos em cada região as categorias econômicas dos vilarejos de camponeses e dos latifúndios senhoriais, identificando-as, igualmente de modo impreciso, com as unidades comunais^B dos municípios rurais ou dos domínios latifundiários, veremos que, dependendo da qualidade do solo, sua composição nacional varia de maneira *oposta*: nos distritos férteis, os católicos, isto é, os *poloneses*, são relativamente mais numerosos nos *latifúndios*, enquanto os *protestantes*, isto é, os *alemães*, são maioria nos vilarejos. Em distritos de solo pouco fértil, a situação é oposta. Se considerarmos, por exemplo, o conjunto dos distritos com uma média de rendimento líquido tributável abaixo de 5 marcos por hectare, encontraremos nos vilarejos apenas 35,5% de protestantes, mas nos latifúndios, 50,2%. Ao contrário, no conjunto dos distritos cujo rendimento líquido tributável apresenta uma média entre 10 e 15 marcos, a participação dos protestantes nos vilarejos é de 60,7% e, nos latifúndios, de apenas 42,1%. Como isso se explica? Por que na planície os poloneses se concentram nos latifúndios e, nas colinas, residem nos vilarejos? Logo se percebe uma coisa: *os poloneses tendem a concentrar-se na camada social e economicamente mais baixa da população*. Nos bons solos, particularmente na planície do rio Vístula, o camponês contava com um padrão de vida sempre superior ao do jornaleiro dos latifúndios; em contrapartida, nos solos ruins,

.....
B. No entanto, essa divisão administrativa caracteriza melhor a estratificação social do que se tomarmos por base a distribuição dos empreendimentos agrícolas. Na planície, não são raros os empreendimentos latifundiários com menos de 100 hectares, enquanto nas colinas há muitos empreendimentos de camponeses com mais de 200 hectares.

que só podiam ser cultivados apropriadamente em grande escala, o latifúndio senhorial era o detentor da cultura⁸, e, portanto, da população alemã (*Deutschtum*). Nele os pequenos camponeses miseráveis têm ainda hoje um nível de vida *inferior* ao dos jornaleiros dos latifúndios. E mesmo que não soubéssemos disso, a estrutura etária da população nos levaria a supô-lo. Se deixarmos a planície rumo às colinas, visitando somente os *vilarejos*, veremos que a participação das crianças menores de 14 anos sobe de 35-36% para 40-41%, à medida que a qualidade do solo piora. Comparando-se a isso os *latifúndios*, na planície a participação das crianças é maior do que nos vilarejos, aumentando à medida que nos afastamos do nível do mar, porém de modo mais lento do que nos vilarejos, enquanto nos lugares mais altos fica atrás destes últimos. Como em toda parte, também aqui o grande número de crianças está vinculado ao baixo nível de vida, que sufoca qualquer pretensão de prover o futuro. Alto índice de sofisticação econômica (*Kultur*), nível de vida relativamente alto e *nacionalidade alemã* (*Deutschtum*) são idênticos na Prússia Ocidental.

No entanto, ambas as nacionalidades competem há séculos no mesmo solo, com chances essencialmente iguais. Como essa divisão se explica? De imediato, é-se tentado a acreditar que, do ponto de vista físico e psíquico, características raciais fazem com que as duas nacionalidades sejam distintas quanto à sua *capacidade de se adaptar* a diferentes condições econômicas e sociais de existência. E, de fato, a razão é essa. Prova disso é a tendência que se manifesta no *deslocamento* da população e das nacionalidades e que, ao mesmo tempo, permite que se reconheça o efeito nefasto dessa diferente capacidade de adaptação para os alemães do Leste.

8. Aqui e em outras passagens do texto, Weber emprega *Kultur*, termo bastante amplo, especificamente para a questão do desenvolvimento agrícola. A implicação é que sofisticação em uma área em particular, até mesmo técnica e prática, é sintomático da cultural geral ou do caráter do povo a que se refere.

No entanto, para observar e comparar os deslocamentos entre cada município, dispomos somente de números que vão de 1871 a 1885 e que revelam com pouca nitidez o início de um desenvolvimento que, conforme sabemos, prosseguiu com extraordinária intensidade. Além disso, a nitidez das estatísticas evidentemente sofre, por um lado, com a equiparação inevitável, mas não de todo exata, entre confissão religiosa e nacionalidade e, por outro, com a divisão administrativa e a estruturação social. Todavia, mesmo assim podemos ver com bastante clareza aquilo que importa. A população rural da província, bem como a de grandes partes do Leste em geral, apresentou uma tendência à *diminuição* no período de 1880 a 1885: na Prússia Ocidental ela foi de 12.700 pessoas, isto é, a população diminuiu em 1,25%, enquanto a do *Reich* aumentou em 3,5%. No entanto, como os fenômenos já tratados, este também apresenta uma distribuição desigual, pois em alguns distritos houve um aumento da população rural. E especialmente o *modo* como ambos se distribuem é bastante peculiar. Se considerarmos a princípio as diferentes qualidades de solo, qualquer um poderia supor que a diminuição atingiu com maior intensidade os *piores* solos, onde a margem de subsistência se estreita antes de tudo devido à queda dos preços. Mas os números mostram o *contrário*: justamente os distritos mais afortunados, como Stuhm e Marienwerder, com um rendimento líquido médio de 15 a 17 marcos, tiveram o maior *êxodo*, de 7 a 8%, enquanto os distritos mais elevados de Konitz e Tuchel, com um rendimento líquido de 5 a 6 marcos, experimentaram *crescimento* mais acentuado, constante desde 1871. Ao se procurar uma explicação, depara-se com a primeira pergunta: quais são as camadas sociais que, por um lado, dão origem ao êxodo e, por outro, são beneficiadas com o aumento? Considerando-se os distritos com elevados índices de diminuição (Stuhm, Marienwerder e Rosenberg), percebe-se que neles predominam os *latifúndios*. Examinando-se em seguida os *domínios latifundiários* da província inteira, des-

cobre-se que, apesar de apresentarem em 1880, numa mesma extensão de solo, uma população dois terços menor que os vilarejos, sozinhos são responsáveis por quase três quartos da diminuição da população rural, ou seja, mais de 9.000 pessoas. Sua população diminuiu em 3,75%. Mas essa diminuição também se distribui irregularmente *dentro* dos latifúndios, pois em alguns lugares houve aumento; e quando se separam as regiões em que a população latifundiária diminuiu de modo considerável, percebe-se que justamente os latifúndios situados em *bons* solos experimentaram um êxodo particularmente acentuado.

Por outro lado, o *aumento* da população, que ocorreu nos solos ruins das colinas, beneficiou sobretudo os *vilarejos*, e justamente aqueles situados em solos *ruins*, ao contrário dos vilarejos da planície. Portanto, a tendência é a *diminuição dos jornaleiros* nos latifúndios situados nos *melhores* solos, e o *aumento dos camponeses* nos solos *ruins*. O que isso implica e como esse fenômeno pode ser explicado são questões que se esclarecem quando se faz uma última pergunta: como as *nacionalidades* se comportam em relação a esses deslocamentos?

Na primeira metade do século, os poloneses no Leste alemão pareciam recuar de maneira paulatina e constante. No entanto, como sabemos, desde 1860 eles têm avançado nesse mesmo ritmo. É o que mostram de modo extremamente claro os levantamentos linguísticos feitos pela Prússia Ocidental, apesar de suas bases incompletas. Esse tipo de deslocamento na fronteira entre as duas nacionalidades pode ocorrer de duas maneiras fundamentalmente distintas. Primeiro, quando, em regiões nacionalmente mistas, a língua e os costumes da maioria impõem-se gradualmente às minorias nacionais e por elas são "absorvidos". Esse fenômeno também ocorre no Leste e, segundo as estatísticas, atinge os alemães de confissão católica. Nesse caso, o laço religioso é mais forte que o nacional; as reminiscências da disputa cultural (*Kul-*

turkampf)⁹ também desempenham seu papel, e a falta de um clero instruído em alemão faz com que esses alemães abandonem a comunidade cultural de sua nação. Porém, mais importante e mais interessante para nosso propósito é a segunda forma de mudança do deslocamento das nacionalidades: a *suplantação econômica*. É do que se trata aqui. Quando se examinam os deslocamentos na participação das confissões religiosas nos municípios rurais entre 1871 e 1885, nota-se o seguinte: o êxodo dos jornaleiros que trabalham nos latifúndios costuma estar ligado a uma diminuição relativa do protestantismo na planície, enquanto o aumento da população dos vilarejos nas colinas geralmente se vincula a um aumento relativo do catolicismo¹⁰. *São principalmente jornaleiros alemães que saem de regiões de alto nível cultural; são principalmente camponeses poloneses que se multiplicam em regiões com baixo nível cultural (Kulturstand).*

No entanto, em última instância, ambos os processos – o êxodo numa área e a multiplicação em outra – remontam a uma única razão: as *baixas exigências de padrão de vida*, tanto em sentido material quanto em sentido ideal, que são naturais da raça eslava ou que lhe foram impostas ao longo de seu passado, ajudando-a a alcançar a vitória.

Por que os jornaleiros alemães mudam-se para outros lugares? Seus motivos não são materiais: os emigrantes não vêm recrutados de regiões de baixo nível salarial nem das categorias operárias mal remuneradas. Dificilmente há uma situação materialmente mais segura do que a de um colono nos lati-

9. O termo *Kulturkampf* refere-se à política hostil de Bismarck em relação à Igreja Católica e sua voz política, o Partido Central, entre 1872 e 1878. Essa foi uma tentativa equivocada de impor lealdade ao novo *Reich*.

10. Por exemplo, entre 1871 e 1885, os domínios latifundiários do distrito de Stuhm viram sua população diminuir em 6,7%, e a participação dos protestantes na população cristã caiu de 33,4% para 31,3%. Os vilarejos dos distritos Konitz e Tuchel tiveram um aumento de 8%, e a participação dos católicos subiu de 84,7% para 86%.

fúndios do Leste. Tampouco a tão falada nostalgia das diversões-da cidade grande constitui um motivo. Essa provoca o êxodo pouco sistemático da juventude, mas não o de antigas famílias de jornalheiros fixos. E por que esse desejo surge justamente entre as pessoas de áreas onde predominam os latifúndios? Por que podemos provar que o êxodo dos jornalheiros diminui à medida que o *vilarejo de camponeses* impõe-se à fisionomia da paisagem? Este é o motivo: nos complexos latifundiários de sua pátria, existem para o jornalheiro somente senhores e servos (*Herren und Knechte*)¹⁰, e para seus descendentes mais distantes, apenas a perspectiva de trabalhar duro no solo alheio ao som do sino do latifúndio. No impulso¹¹ indistinto e semiconsciente de migrar para longe esconde-se um elemento de idealismo primitivo. Quem não consegue decifrá-lo desconhece o encanto da *liberdade*. De fato, hoje raramente o espírito da liberdade nos toca no silêncio da livraria. Desvaneceram-se os ingênuos ideais de liberdade de nossa adolescência, e alguns de nós envelheceram e adquiriram sabedoria demais antes do tempo, acreditando que um dos impulsos mais primitivos do peito humano foi enterrado junto aos lemas de uma ideologia política e econômica decadente.

Trata-se de um processo psicológico de massa: os trabalhadores agrícolas alemães já não conseguem se adaptar às

.....
10. Os termos usados por Weber são *Herr* e *Knecht*, os mesmos usados por Hegel para esse tipo de relacionamento. Nesse contexto, *Knecht* também tem o sentido particular de "servo rural" ou "trabalhador rural". Além da designação do papel social, esses termos, no entanto, podem conotar diferenças de caráter ou qualidade pessoal: uma capacidade para dominação ou subserviência.

11. A formulação de Weber "*in dem dumpfen, halbbewußten Drang in die Ferne*" recorda os versos 328-9 de *Fausto* de Goethe: "*ein guter Mensch in seinem dunklen Drange/Ist sich des rechten Weges wohl bewußt*". A característica faustiana da "aspiração" inquieta foi considerada pelos alemães, durante um longo período, a característica central da "germanidade". A menção feita por Weber à livraria e à passagem da juventude nas linhas seguintes reforça a presença de *Fausto* em seu texto.

condições *sociais* de vida de sua pátria. Relatos de latifundiários da Prússia Ocidental reclamam de sua "autoconfiança". Está desaparecendo a antiga relação patriarcal entre colonos, que unia diretamente o jornalheiro, como pequeno produtor que tinha direito à sua parte do produto, aos interesses da produção agrícola. O trabalho sazonal nos domínios de cultivo da beterraba exige trabalhadores sazonais e salários em dinheiro. Sua perspectiva é uma existência puramente proletária, mas sem a possibilidade de uma ascensão vigorosa à autonomia econômica, que nutre a autoconfiança do proletariado industrial reunido nas cidades. Submeter-se a essas condições de existência é mais fácil para aqueles que ocupam o lugar dos alemães: os trabalhadores migrantes poloneses, multidões de nômades, milhares e milhares que, contratados por agentes na Rússia, atravessam a fronteira na primavera e voltam no outono. A princípio surgiram nos rastros da beterraba, que transformou o empreendimento agrícola em atividade sazonal; depois se espalharam, porque empregá-los significa ter despesas com moradia para os trabalhadores, assistência aos pobres e outras obrigações sociais, bem como porque sua condição de estrangeiros é precária e os coloca nas mãos dos proprietários da terra. Entre esses fenômenos concomitantes se dá a agonia econômica da antiga classe dos *Junker* prussianos. Nos latifúndios de cultivo da beterraba aparece no lugar do latifundiário, com sua administração patriarcal, um estrato de industriais. Nas colinas, sob a pressão da crise agrícola, a área dos latifúndios está se fragmentando de fora para dentro, uma vez que lotes de arrendatários e colônias de pequenos camponeses estão surgindo em sua periferia. Estão desaparecendo os fundamentos econômicos do poder da antiga aristocracia latifundiária, enquanto ela própria está se transformando em algo diferente do que era no passado.

E por que são os camponeses *poloneses* a ganhar terreno? Seria por causa de sua inteligência econômica superior ou de seus recursos financeiros? Trata-se, antes, do contrário dessas

duas coisas. Vivendo em um clima e em um solo que, além da pecuária extensiva, permitem essencialmente a produção de cereais e batatas, um mercado desfavorável ameaça menos aquele que leva seus produtos a um lugar no qual a queda dos preços os desvaloriza menos: seu próprio estômago. Portanto, é menos ameaçado aquele que produz para suas *próprias necessidades*. E, por sua vez, é mais favorecido aquele cujas necessidades são mais *modestas*, cujas exigências são menores em relação ao padrão de vida, tanto no sentido físico quanto naquele ideal. O pequeno camponês polonês do Leste constitui um tipo muito diferente do minúsculo camponês ativo que se vê na planície fértil do Reno, cujos estabelecimentos de horticultura e comercialização de vegetais estão incorporados às cidades. O pequeno camponês polonês ganha terreno porque, de certo modo, come o capim diretamente do solo, ou seja, não *apesar de*, mas *por causa do* baixo padrão de seus hábitos físicos e intelectuais.

Portanto, o que vemos em ação parece ser um *processo de seleção*. Há muito tempo, ambas as nacionalidades encontram-se nas mesmas condições de existência. A consequência disso *não* foi, como imagina o materialismo vulgar, o fato de ambas terem adquirido as mesmas qualidades físicas e psíquicas, e sim o de uma ter dado lugar à outra, de a nacionalidade vitoriosa ter sido a que apresentou maior capacidade de adaptação às condições de vida econômicas e sociais.

Essa diferente capacidade de adaptação parece ser uma grandeza fixa que lhes é própria. Talvez ela possa ser novamente deslocada ao longo de processos de cultivo que duram gerações, tal como devem ter surgido em milênios. No entanto, para as considerações atuais, tal capacidade constitui um elemento com o qual temos de contar como dado⁹.

.....
D. Creio que seja desnecessário observar que, para as observações mencionadas acima, são irrelevantes as controvérsias existentes nas ciências naturais sobre a extensão do princípio da seleção natural, bem como, de modo geral, o emprego do conceito de "cultivo" (*Züchtung*) pelas *ciências naturais*

Vemos que nem sempre, no jogo livre das forças, a seleção favorece a nacionalidade economicamente mais desenvolvida ou *capacitada*, como acreditam os otimistas entre nós. A história da humanidade conhece a vitória de tipos menos desenvolvidos de existência humana e o fim da prosperidade da vida intelectual e emocional, quando a comunidade humana que era sua portadora perde a capacidade de se adaptar a suas condições de vida, seja devido à sua organização social, seja devido a suas qualidades raciais. Em nosso caso, o que contribui para a vitória da nacionalidade economicamente menos desenvolvida é a transformação das formas de empreendimento agrícola e a enorme crise na agricultura. O crescimento forçado do cultivo da beterraba e a falta de rentabilidade na produção de cereais para o mercado atuam em conjunto e paralelamente no mesmo sentido: o primeiro cria os trabalhadores sazonais poloneses; o segundo, os pequenos camponeses poloneses.

.....
e todas as discussões que se relacionam a essa área, com a qual não estou familiarizado. Atualmente, o *conceito* de "seleção" é de domínio público, assim como a hipótese heliocêntrica e a ideia de "cultivar" seres humanos já faziam parte do Estado platônico. Ambos os conceitos já foram utilizados, por exemplo, por F. A. Lange em *Arbeiterfrage*¹² e já nos são tão familiares que é impossível para quem conhece nossa literatura não compreender seu significado. Mais difícil é dizer até que ponto se pode atribuir um valor duradouro às tentativas mais recentes dos antropólogos de estender a perspectiva da seleção, tal como entendida por Darwin e Weismann, também ao campo da pesquisa econômica. Essas tentativas são engenhosas, porém levantam incertezas consideráveis quanto ao método e aos resultados pragmáticos. Além disso, não há dúvida de que falharam em muitas afirmações exageradas. Não obstante, os textos de Otto Ammon (*Die natürliche Auslese beim Menschen e Die Gesellschaftsordnung und ihre natürlichen Grundlagen*)¹³, por exemplo, merecem mais atenção do que estão recebendo, apesar de todas as reservas que possa haver. Um erro da maioria das contribuições dadas pelas ciências naturais e que pretendem esclarecer as questões de nossa ciência está na ambição inadequada de, antes de mais nada, querer "refutar" o socialismo. No afã de alcançar esse objetivo, elas involuntariamente transformam a suposta "teoria" da ordem social, elaborada pelas ciências naturais, em uma apologia dessa ordem.

Ao fazer uma retrospectiva dos fatos até aqui expostos, confesso que me sinto completamente incapaz de desenvolver na teoria a extensão dos aspectos gerais que deles podem ser deduzidos. Nem ousar tocar na questão infinitamente difícil, e por certo sem solução neste momento, sobre *onde* se encontra o limite da variabilidade das qualidades físicas e psíquicas de uma população que se vê sob a influência de suas condições de vida.

Por outro lado, não se pode deixar de propor a seguinte pergunta: o que pode e deve acontecer nessa situação?

Permitam-me, porém, abster-me de discutir por ora esse assunto com mais detalhes. Limitar-me-ei a delinear brevemente as duas reivindicações que, em minha opinião, devem ser feitas do ponto de vista da população alemã, o que de fato ocorre com unanimidade crescente. A primeira é fechar a fronteira oriental, o que já foi posto em prática sob o príncipe Bismarck e revogado após sua renúncia em 1890. Ficou vedado aos forasteiros o assentamento permanente, mas eles foram tolerados como trabalhadores migrantes. Um latifundiário com "consciência de classe" à frente do governo da Prússia excluiu-os no interesse da conservação de nossa nacionalidade, e o adversário dos proprietários de terra (*Agrarier*)¹⁴ tolerou-os no

12. F. A. Lange (1828-75), *Die Arbeiterfrage in ihrer Bedeutung für Gegenwart und Zukunft* (Duisburg, 1865).

13. Otto Ammon (1842-1916) foi um antropólogo que desenvolveu estudos recrus na região de Baden, estudos que incluíam, por exemplo, a medição do tamanho e do formato da cabeça de cada um. Opositor ao socialismo, argumentava que diferenças sociais eram baseadas em diferenças naturais. Weber incluiu esses trabalhos em sua relação de leituras para suas palestras em 1898 (ver acima, nota 3). Em estudos posteriores, Weber se distanciou dessas opiniões, observando, de forma contundente, o poder do dinheiro para gerar diferenças sociais, independentemente do talento natural de um indivíduo. Ver abaixo, p. 103.

14. Esta é uma referência ao sucessor de Bismarck, general Leo Count von Caprivi (1831-99), quando chanceler do *Reich* (1890-94) e primeiro-ministro da Prússia (1890-92).

interesse dos latifundiários, que são os *únicos* a ganhar com sua imigração. Como vemos, nem sempre o "ponto de vista da classe econômica" é decisivo nas questões da política econômica. *Nesse caso* foi decisiva a circunstância de que o leme do Estado passou de uma mão forte para outra mais fraca¹⁵. A segunda reivindicação refere-se, por um lado, à compra sistemática de terras por parte do Estado e, portanto, à ampliação da propriedade estatal (*Domänenbesitz*), e, por outro, à colonização sistemática por camponeses alemães em solos apropriados, especialmente em propriedades estatais adequadas. Do ponto de vista da nação, grandes empreendimentos que só se mantêm à custa dos alemães merecem a ruína¹⁶, e abandoná-los à própria sorte significa permitir que surjam colônias de eslavos famintos mediante o loteamento gradativo de terras incapazes de prover sua subsistência. O interesse em impedir a invasão eslava não é o único a reclamar a transferência de partes significativas das terras do Leste às mãos do Estado. Essa reivindicação também está contida na crítica devastadora que os próprios latifundiários fazem da perpetuação de sua propriedade particular, ao exigirem que o Estado os liberte do risco e da responsabilidade por suas terras – únicas razões que justificam sua posse –, concedendo-lhes o monopólio de cultivar cereais e pagando-lhes uma contribuição anual de meio bilhão de marcos¹⁷.

15. Quando Bismarck foi forçado a renunciar à chancelaria em 1890, *Punch* publicou uma charge em que ele, trajando o uniforme de comandante, abandonava um imenso navio. A tradução alemã da legenda, "*Der Lotse verläßt das Schiff*", generalizou-se, como indica a alusão de Weber.

16. Outra alusão ao *Fausto*, de Goethe, desta vez aos versos 1339-40, ditos por Mefistófoles: "*denn alles, was entsteht/ist wert, daß es zugrunde geht*".

E. [Moção de Kanitz no parlamento do *Reich*.] Dentro do mesmo contexto, essa reivindicação [da compra das terras pelo Estado] é feita sobretudo pelo professor Schmoller¹⁷ em seu anuário [*Schmollers Jahrbuch*, 19, 1895, pp. 625 ss.]. De fato, muitas vezes aquela parte do estamento dos latifundiários, cuja preservação como administradores de empreendimentos agrícolas tem algum valor para o Estado, pode ser mantida apenas como estamento de

No entanto, como já dito, não pretendo discutir hoje essa questão prática da política agrária prussiana. Prefiro retomar o fato de que, de modo geral, qualquer um de nós pode levantar uma questão desse tipo. Além disso, consideramos que a

.....
arrendatários de terras estatais, e não como estamento de proprietários. No entanto, em minha opinião, a compra de terras só tem sentido a longo prazo quando está organicamente vinculada à colonização de propriedades estatais adequadas, de modo que uma parte das terras do Leste passe pelas mãos do Estado e, enquanto nelas se encontrar, seja submetida a uma série de melhorias enérgicas, financiadas por créditos estatais. Uma das dificuldades com as quais a comissão de assentamento tem de lutar consiste no fato de que grande parte das propriedades compradas estaria em melhores condições se ficasse apenas uma década nas mãos de arrendatários estatais. Outra dificuldade é o fardo do "período de recuperação" dos colonos assentados, que, junto com seus pedidos para adiar o pagamento de suas dívidas, após certo tempo deveriam ser entregues ao fisco, que costuma ser um pouco mais impiedoso. Atualmente, as melhorias têm de ser realizadas às pressas por meios administrativos e com grandes prejuízos, embora haja muitos latifúndios estatais apropriados para uma colonização imediata. Todavia, a lentidão do processo, causada por essas dificuldades, não justifica de modo algum o parecer de Hans Delbrück¹⁸, publicado em seus diversos e conhecidos artigos nos *Preußische Jahrbücher*, sobre o efeito desse processo do ponto de vista da política nacional. Para quem observou o efeito civilizador da colonização com os próprios olhos, o cálculo puramente mecânico que compara o número de propriedades rurais fundadas com o número de poloneses não constitui uma prova conclusiva. Poucos vilarejos, cada qual com uma dúzia de propriedades alemãs, podem eventualmente *germanizar* várias milhas quadradas, obviamente desde que se impeça a entrada de reforços proletários vindos do Leste e que não se rompa o fundo do barril que se tenta encher, entregando os latifúndios ao livre jogo das forças que conduzem a seu desmoronamento e a sua ruína, forças essas que estão agindo de modo ainda mais livre devido às leis que garantem a aquisição de um terreno mediante o pagamento de uma renda anual em dinheiro (*Rentengutsgesetze*).

17. Gustav von Schmoller (1838-1917), professor de Economia, presidente da Sociedade para Política Social (1890-1917) e fundador da "jovem" Escola Histórica Alemã de Economia. Diversos de seus trabalhos estão em *Grundrisse* (ver nota 3, acima).

18. Hans von Delbrück (1848-1929), professor de História, editor do *Preußische Jahrbücher*, 1883-1919.

nacionalidade alemã no Leste deve ser protegida e que por sua proteção também *deve* lutar a política econômica do Estado. O que nos leva a sentir essa reivindicação como justa é a circunstância de que nosso Estado é um *Estado-nação*.

Mas qual é a posição do pensamento político-econômico a respeito dessa questão? Será que esses juízos de valor nacionalistas constituem, para a política econômica, preconceitos dos quais ela tem de se desvencilhar com todo o cuidado para poder aplicar aos fatos econômicos seu próprio critério de valor, livre da influência de reflexos emocionais? *E qual é* esse critério de valor "próprio" da política econômica? Pretendo abordar essa questão nas próximas reflexões.

Conforme vimos, mesmo numa situação de "paz" aparente, a luta econômica (*Kampf*) entre as nacionalidades prossegue seu curso. Não é no conflito aberto que os camponeses e jornalistas alemães do Leste são expulsos de sua gleba por inimigos politicamente superiores: é na luta silenciosa e monótona da vida econômica cotidiana que são vencidos por uma raça inferior e abandonam sua pátria para submergir num futuro incerto. Mesmo na *luta* econômica pela existência não há *paz* alguma. Somente quem toma por verdade essa paz aparente pode acreditar que do seio do futuro nascerão para nossos descendentes a paz e o prazer de viver. Sabemos que para a opinião vulgar a política econômica ocupa-se de inventar receitas para a felicidade universal; para ela, o aperfeiçoamento do "balanço de prazer"¹⁹ da existência humana é o único ob-

.....
19. O termo *Lustbilanz* (balanço de prazer) refere-se, aparentemente, à doutrina utilitarista de Jeremy Bentham, segundo a qual as ações deveriam ser julgadas à luz da dor ou do prazer que elas produziram em diferentes pessoas. "Fazer exame do balanço – se cair no lado do prazer, a tendência geral do ato será boa, para o número total ou comunidade dos indivíduos contabilizados; se pender para o lado da dor, a tendência será má, no geral para a mesma comunidade." *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, cap. 5, parág. 6.

jetivo compreensível de nosso trabalho. No entanto, a gravidade sombria do problema da população²⁰ já basta para nos impedir de sermos eudemonistas, de pensarmos que a paz e a felicidade humana estão escondidas no seio do futuro e de acreditarmos que o espaço numa existência terrena pode ser conquistado de outra maneira que não pela dura luta do homem contra o homem.

Certamente, não há nenhum trabalho da política econômica que não tenha um fundamento de altruísmo. A maioria dos frutos de todo o afã da política econômica e social beneficiará não a geração atual, e sim a futura. Nosso trabalho só terá sentido se for e puder ser apenas o de cuidar do futuro e de nossos descendentes. Mas também não há nenhum trabalho de política econômica que se baseie em esperanças otimistas de felicidade. No que se refere ao sonho de paz e de felicidade humana, encontram-se escritas as seguintes palavras sobre o portal do futuro desconhecido da história humana: *Lasciate ogni speranza*²¹.

A questão que nos move ao pensarmos além do tumulto de nossa própria geração, e que na verdade também é o fundamento de todo trabalho da política econômica, não é o modo como se *sentirão* os homens do futuro, mas como *serão*. Queremos criar não o bem-estar dos homens, e sim aquelas características que, a nosso ver, constituem a grandeza humana e a nobreza de nossa natureza.

Alternadamente, a política econômica tem ressaltado, ou ingenuamente identificado como critério de valor, ora o problema econômico da produção de bens, ora o de sua distribuição, da "justiça social". E constantemente ambos têm sido

20. O interesse nos ensinamentos de Malthus sobre o crescimento populacional foi renovado pelos debates sobre o darwinismo. Malthus foi incluído na relação de leituras de Weber para suas palestras, "*Grundriß zu den Vorlesungen*", seção 5 II (ver nota 3, acima).

21. "*Deixai toda a esperança*" (...ó vós que entraís, *Inferno*, de Dante Alighieri, Canto III, 9).

eclipsados – em parte inconscientemente, porém dominando tudo – pela percepção de que uma ciência que trata dos *seres humanos*, como é o caso da ciência econômica, preocupa-se sobretudo com as *qualidades dos seres humanos*, criadas pelas já mencionadas condições econômicas e sociais de existência. E aqui deveríamos nos resguardar de uma ilusão particular.

Como ciência explicativa e analítica, a política econômica é *internacional*, porém, tão logo emite *juízos de valor*, vincula-se àquele tipo de humanidade que encontramos em nossa própria essência. E isso ocorre com mais frequência justamente quando mais acreditamos que escapamos de nossas limitações pessoais. E, para usar uma imagem um tanto fantástica, se pudéssemos nos levantar de nosso tumulto após milhares de anos, procuraríamos no rosto da geração futura os traços remotos de nossa própria essência. Mesmo nossos supremos e máximos ideais terrenos podem mudar e desaparecer. Não podemos querer impô-los ao futuro, mas podemos querer que este reconheça o caráter *de seus próprios antepassados* em nosso caráter. Com nosso trabalho e nossa essência, queremos ser os precursores da geração futura.

Por essa razão, tanto a política econômica de um Estado alemão quanto o critério de valor usado por um teórico alemão da política econômica só podem ser alemães.

Será que isso mudou desde que o desenvolvimento econômico começou a estabelecer, para além das fronteiras nacionais, uma comunidade econômica que abrange as nações? Será que, a partir de então, temos de nos desfazer desse critério "nacionalista" de avaliação, bem como do "egoísmo nacional" na política econômica? Será verdade que a luta para se autoafirmar economicamente e constituir a própria família está ultrapassada desde que a família se despiu de suas antigas funções de comunidade produtiva e se integrou ao círculo da comunidade político-econômica? Sabemos que *não* é esse o caso: esta luta assumiu *outras formas*, que ainda nos permitem questionar se devem ser vistas como uma atenuação ou, an-

tes, como uma interiorização e uma exacerbação dessa luta. Da mesma maneira, também a comunidade político-econômica é apenas outra forma de as nações se enfrentarem, forma esta que, em vez de atenuar a luta pela afirmação da própria cultura, acaba por *dificultá-la*, pois convoca como aliados interesses materiais no seio da própria nação para a batalha *contra* seu futuro.

Não são a paz nem a felicidade humana que temos de transmitir a nossos descendentes, e sim a *eterna luta* pela conservação e pelo crescimento de nosso caráter nacional²². E não devemos nos entregar à esperança otimista de que nosso trabalho estará cumprido quando fizermos nossa cultura econômica atingir o máximo de seu desenvolvimento, nem à de que a seleção na luta econômica livre e “pacífica” dará a vitória automaticamente ao tipo mais desenvolvido.

Sobretudo, *não* será pela forma da organização econômica que lhes transmitimos que nossos descendentes nos responsabilizarão perante a história, e sim pela extensão do espaço que conquistamos à força no mundo e lhes legamos. Em última instância, os processos de desenvolvimento econômico também são lutas pelo *poder*, e os interesses da nação pelo *poder*, quando questionados, são decisivos, derradeiros e devem ter a política econômica da nação a seu serviço. A ciência da política econômica é *política*. É uma servidora da política, não daquela cotidiana dos detentores do poder ou das classes dominantes em determinado momento, e sim dos permanentes interesses da nação, próprios de uma política de força. E, para nós, o *Estado-nação* não é algo indefinido, que se torna mais sublime à medida que sua essência é encoberta por um manto de obscuridade mística, e sim a organização mundana do poder da nação. Nesse *Estado-nação*, a “*razão de Estado*” é para nós o último critério de valor para consi-

22. Mais uma vez, a influência do darwinismo surge na escolha que Weber faz das palavras: “*die Erhaltung und Emporzüchtung der nationalen Art*”. A tradução alemã para “Origem das Espécies” é “*Entstehung der Arten*”.

derar também a política econômica. Tal razão não significa, como crê um estranho equívoco, “ajuda do Estado” em vez de “autoajuda”, regulamentação da vida econômica pelo Estado em vez de livre jogo das forças econômicas. Ao usarmos o chavão “razão de Estado”, queremos ressaltar a reivindicação de que, em casos particulares, os interesses políticos e econômicos de nossa nação pelo poder, bem como aqueles de seu detentor, o Estado-nação alemão, devem ter o voto final e decisivo nas questões relativas à política econômica alemã, incluídas aquelas que indagam se e até que ponto o Estado deve interferir na vida econômica ou se e em que momento deve permitir o livre desenvolvimento das forças econômicas da nação, derrubando suas barreiras.

Teria sido desnecessário mencionar essas circunstâncias aparentemente evidentes? Ou teria sido inútil que justamente um representante mais jovem das ciências econômicas as tenha lembrado? Acredito que não, pois parece que precisamente a nossa geração costuma perder de vista, com maior frequência e facilidade, esses fundamentos mais simples de julgamento. Somos testemunhas de que seu interesse pelas questões que movem nossa ciência cresce numa medida nunca imaginada. Em todas as áreas descobrimos que o modo de refletir a respeito da economia está avançando. Política social em vez de política, relações de poder econômico em vez de relações jurídicas, história cultural e econômica em vez de história política surgem no primeiro plano das reflexões. Nas excelentes obras dos nossos colegas historiadores, descobrimos que onde antes nos falavam de ações bélicas de nossos antepassados hoje vemos expandir-se o monstro chamado “matriarcado”²³ e ser relegada a uma observação secundária a ba-

23. Weber se refere às teorias de *Mutterrecht* (matriarcado), que eram comuns na época. Em outra parte, ele se refere a J. Bachofen, *Das Mutterrecht* (Stuttgart, 1861), uma obra que ele incluiu em sua relação de leituras para suas palestras (p. 7/II, ver nota 3, acima). A discussão de Weber sobre o tema encontra-se na obra póstuma *General Economic History* (New York, 1961).

talha dos hunos nos campos catalaúnicos²⁴. A presunção de um de nossos teóricos mais engenhosos levou-o a chamar a jurisprudência de “servente da economia nacional”. Certamente, uma coisa é verdade: também na jurisprudência penetrou a forma econômica de reflexão; mesmo em seu amigo íntimo, que são os manuais dos pandectistas²⁵, está começando, aqui e ali, a aparecer o espírito da economia. E não é raro encontrarmos nas sentenças dos tribunais, logo após os conceitos jurídicos, os chamados “aspectos econômicos”. Em resumo, para utilizar as palavras um tanto recriminatórias de um colega jurista: “Viramos moda.” Quando um modo de considerar as coisas abre caminho com tanta autoconfiança, acaba correndo o risco de nutrir certas ilusões e de sobrestimar o alcance de seus próprios pontos de vista, sobretudo em determinada direção. Muitas vezes, a ampliação da matéria da reflexão filosófica – que já se evidencia no fato de que hoje vemos muitas das antigas cátedras de filosofia sendo confiadas, por exemplo, a excelentes fisiologistas – levou à opinião, entre nós que somos leigos, de que as antigas questões sobre a natureza do entendimento humano deixaram de ser os últimos problemas centrais da filosofia. De modo semelhante, nas mentes da geração em crescimento também se formou a ideia de que, graças ao trabalho da ciência econômica nacional, não apenas se ampliou enormemente o *entendimento* (*Erkenntnis*) da essência das comunidades humanas, mas também mudou completamente o critério pelo qual, em última instância, *avaliamos* os fenômenos, como se a economia política estivesse em condições de derivar de sua própria matéria ideais particulares. Todavia, a ilusão ótica de que há ideais econô-

.....
24. Na batalha de Châlons, ou batalha nos Campos Catalaúnicos (451 d.C.), Átila, o rei dos Hunos, foi vencido pelo general romano Aécio.

25. Weber refere-se a argumentos jurídicos contemporâneos, baseados nas Pandectas ou Digesto do Direito Romano, publicado pelo imperador Justiniano em 529 d.C. Ele discute a codificação do direito romano e o debate contemporâneo entre romanistas e germanistas em seu *Economy and Society*, vol. 2, cap. 8.

micos ou “político-sociais” independentes se esclarece tão logo se tenta descobrir essas bases “próprias” da avaliação com o auxílio da literatura produzida por nossa ciência. Deparamos com um *caos* de critérios de valor, em parte de natureza eudemonística, em parte de natureza ética, e muitas vezes com ambas as características, porém não claramente identificadas. Juízos de valor são feitos por toda parte com desenvoltura. Com efeito, renunciar à *avaliação* dos fenômenos econômicos significaria renunciar àquilo que se exige de nós. Mas não constitui a regra, e sim quase uma exceção, o fato de o avaliador esclarecer para os outros e *para si mesmo* o último núcleo subjetivo de seus julgamentos, isto é, os *ideais* a partir dos quais ele procede à avaliação dos eventos observados. Há uma falta de autocontrole consciente. O autor não se conscientiza das contradições internas e, quando tenta formular em termos gerais seu princípio especificamente “econômico” da avaliação, acaba caindo em indeterminações vagas. Na verdade, o que trazemos também para a matéria de nossa ciência *não* são ideais particulares e adquiridos por nós, mas os *antigos tipos gerais de ideais humanos*. Somente quem se baseia exclusivamente no interesse platônico do tecnólogo ou, ao contrário, nos interesses atuais de determinada classe, dominante ou dominada, pode querer derivar da própria matéria um critério para sua avaliação.

Seria isso tão desnecessário que justamente nós, discípulos da Escola Histórica Alemã²⁶, dizemos a nós mesmos essas verdades tão simples? Nós, em particular, sucumbimos facilmente a uma ilusão especial: a de podermos *nos abster totalmente* de nosso próprio e consciente juízo de valor. Por certo, a consequência disso não é, como qualquer um pode assegu-

.....
26. A Escola Histórica Alemã de economia política (que possuía uma ramificação “mais antiga” e outra “mais jovem”) estava comprometida com a concepção de que uma análise econômica é mais bem desenvolvida a partir de um ponto de vista nacional e histórico, em vez de tentar construir leis e abstrações transnacionais e transistóricas.

rar-se por si mesmo, o fato de nos mantermos fiéis a determinada intenção, e sim o de nos tornarmos vítimas de instintos, simpatias e antipatias descontrolados. E, com mais facilidade ainda, ocorre-nos de nosso ponto de partida na análise e na *explicação* dos acontecimentos político-econômicos também passar a determinar de maneira inconsciente nossa *avaliação* a respeito. Talvez nós, mais do que quaisquer outros, tenhamos de evitar que aquelas grandes qualidades dos mestres vivos e mortos de nossa escola, às quais eles e sua ciência devem seu sucesso, transformem-se em falhas em nossas mãos. Na prática, isso se refere principalmente a dois diferentes pontos de partida da reflexão.

Uma das alternativas que temos é olhar o desenvolvimento econômico principalmente de cima para baixo, do alto da história administrativa de grandes Estados alemães, observando a gênese de sua administração e de seu comportamento em assuntos econômicos e sociais. Nesse caso, involuntariamente nos tornaríamos seus apologistas. Para permanecermos em nosso exemplo, se a administração resolver fechar a fronteira oriental, estaremos inclinados e aptos a entender essa resolução como o encerramento de uma evolução histórica que, devido a grandes reminiscências do passado, apresenta ao Estado atual importantes tarefas a serem cumpridas para salvaguardar a cultura nacional. Se essa resolução não for tomada, tenderemos a concluir que intervenções radicais desse tipo são em parte desnecessárias e em parte já não correspondem às ideias atuais.

Outra alternativa é preferirmos considerar o desenvolvimento econômico de baixo para cima, assistindo ao grande espetáculo oferecido pelas classes em ascensão, que lutam por sua emancipação emergindo do caos de conflitos de interesses econômicos. Também podemos observar como a situação do poder econômico muda a seu favor, fazendo com que inconscientemente tomemos partido daqueles que estão ascendendo, porque são ou começam a ser os mais fortes. Justa-

mente pelo fato de vencerem, eles parecem provar que representam um tipo "economicamente" *mais desenvolvido* da humanidade. Facilmente o historiador deixa-se dominar pela ideia de que na luta é natural a vitória dos elementos *mais desenvolvidos* e de que a derrota na batalha pela existência é um sintoma do "atraso". Cada novo sintoma entre os muitos desse deslocamento de poder faz com que o historiador tenha não apenas a satisfação de ver confirmadas suas observações, mas também a sensação um tanto inconsciente de um triunfo pessoal; afinal, a história está honrando as letras de câmbio que ele sacou em seu nome. Sem saber, ele observa com certa animosidade as resistências que esse desenvolvimento encontra. De maneira involuntária, ele as vê não simplesmente como consequências naturais de interesses que, por certo, precisam ser defendidos, mas, de certo modo, como uma insurreição contra a "sentença da história", conforme o formulou um historiador. A crítica, que também temos de fazer a acontecimentos que nos parecem ser resultados não refletidos de tendências da evolução histórica, nos abandona justamente quando mais precisamos dela. Seja como for, sentimos fortemente tentados a nos juntar aos sequazes do vencedor na luta econômica pelo poder, *esquecendo que o poder econômico e a vocação para a liderança política da nação nem sempre coincidem*.

Com isso, somos levados a uma série final de reflexões de cunho mais prático e político. Pois por aquele *critério de valor político*, que para nós, nacionalistas econômicos, é o único a parecer soberano, também medimos as classes que têm ou pretendem ter em suas mãos a liderança da nação. O que nos importa é sua *maturidade política*, ou seja, sua compreensão e sua capacidade de colocar, acima de quaisquer outras considerações, os interesses econômicos e políticos que a nação sempre demonstra em relação ao *poder*. A nação é favorecida pelo destino quando a identificação ingênua dos inte-

resses de uma classe particular com os da generalidade também corresponde aos interesses permanentes da nação pelo poder. Por outro lado, uma das ilusões baseadas na sobrestimação moderna do "econômico", no sentido usual da palavra, é achar que os sentimentos de comunhão política não suportariam uma prova de resistência aplicada por interesses econômicos efêmeros e divergentes, e que possivelmente seriam apenas um reflexo do fundamento econômico dessa constelação variável de interesses. Somente em épocas em que a sociedade reestrutura suas bases é que isso ocorre de maneira aproximada. Uma coisa é certa: em lugares onde as nações não são diariamente lembradas de que seu florescimento econômico depende de sua situação de poder político, como ocorre na Inglaterra, os instintos para esses interesses especificamente políticos não residem, ou pelo menos não costumam residir, nas amplas massas da nação, que têm de lutar com necessidades diárias. Seria injusto exigir isso delas. Porém, em grandes momentos, como no caso de uma guerra, suas almas também sentem a importância do poder nacional. Desse modo, nessas ocasiões se mostra que o Estado nacional repousa em fundamentos psicológicos primevos, mesmo no que se refere às amplas camadas economicamente dominadas da nação, e que está longe de ser apenas uma "superestrutura", ou seja, a organização das classes economicamente dominantes²⁷. No entanto, em tempos normais, esse instinto político submerge nas massas para aquém do limiar da consciência. Nesses momentos, as camadas política e economicamente dirigentes têm por função específica representar o sentido político, e esta é a única razão que pode justificar politicamente sua existência.

Em todas as épocas, a obtenção do poder econômico fez determinada classe acreditar que poderia aspirar à liderança

27. Esta é uma referência crítica à noção marxista de que o "modo de produção" é constituído por uma "base material" e uma "superestrutura ideológica". Quando menciona ideias marxistas, Weber refere-se principalmente ao *Capital* (os três volumes) e ao *Manifesto Comunista*.

política. É perigoso e, a longo prazo, incompatível com o interesse da nação quando uma classe em declínio econômico mantém em suas mãos o domínio político. Porém, mais perigoso ainda é quando classes em direção às quais se move o poder econômico e, com ele, o direito à liderança política, ainda não têm maturidade política para assumir a direção do Estado. Neste momento, ambas as coisas estão ameaçando a Alemanha, e, na verdade, esta é a chave para entender os atuais perigos de nossa situação. As mudanças na estrutura social do Leste, às quais estão relacionados os fenômenos inicialmente mencionados, fazem parte desse contexto mais amplo.

Até o presente, a dinastia no Estado prussiano apoiou-se politicamente no estamento dos *Junker* prussianos. Embora essa dinastia tenha criado o Estado prussiano contra o interesse dos *Junker*, só o conseguiu com sua ajuda. Sei muito bem que o termo *Junker* soa mal aos alemães do Sul. Talvez achem que uso uma linguagem "prussiana" quando digo algo em seu favor. Não vejo o porquê. Ainda hoje na Prússia, muitos caminhos que levam à influência e ao poder, bem como aos ouvidos do monarca, estão abertos a esse estamento, mas não a qualquer cidadão. Nem sempre os *Junker* usaram esse poder de maneira que pudessem justificá-lo perante a história, por isso não vejo por que um intelectual burguês deveria amá-lo. No entanto, apesar de tudo isso, a força de seus instintos políticos foi um dos capitais mais poderosos que puderam ser empregados a serviço dos interesses de poder do Estado. Fizeram seu trabalho e hoje se encontram em agonia econômica, da qual nenhuma política econômica do Estado poderia resgatá-los para reconduzi-los a seu caráter social anterior. Além disso, as tarefas do presente são diferentes daquelas que eles poderiam resolver. Durante um quarto de século, o último e mais importante dos *Junker*²⁸ esteve à frente da Alemanha. Na tragicidade inerente à sua carreira de estadista – tra-

28. Weber refere-se, é claro, a Bismarck.

gicidade esta ainda hoje desconhecida de muitos –, bem como em sua incomparável grandeza, o futuro ainda descobrirá que, sob seu governo, a obra realizada por suas mãos, a saber, a nação à qual ele deu unidade, alterou lenta e irresistivelmente sua estrutura econômica a ponto de tornar-se outra, ou seja, um povo que tinha de exigir ordens diferentes daquelas que ele pôde dar-lhe e às quais sua natureza cesarista podia adaptar-se. Em última instância, foi exatamente esse processo que levou ao fracasso parcial da obra de sua vida. Pois essa obra deveria conduzir não apenas à unificação externa da nação, mas também àquela interna, e cada um de nós sabe que ela não foi alcançada. Não podia ser alcançada com seus meios. E quando, no inverno do ano passado, envolvido pela benevolência de seu monarca, ele adentrou a capital enfeitada do *Reich*, houve, como bem sei, muitos que tiveram a impressão de que a Sachsenwald estivesse abrindo seus abismos à maneira de um Kyffhäuser moderno²⁹. No entanto, nem todos compartilhavam essa sensação, pois no ar desse dia de janeiro parecia possível sentir o sopro frio da transitoriedade da história. Fomos tomados por uma sensação particularmente sufocante, como se um fantasma tivesse descido de um grandioso passado e estivesse caminhando em meio a uma geração e por um mundo que deixou de lhe ser familiar³⁰.

Os latifúndios do Leste eram os pontos de apoio da classe dominante da Prússia que se deslocara pelo território, bem como o ponto de contato dos funcionários públicos. No entanto, com sua decadência e com o desaparecimento do caráter social da antiga aristocracia proprietária de terras, o cen-

29. A *Sachsenwald* é (ou era) uma ampla área florestal ao nordeste de Hamburgo, doada a Bismarck pelo *Kaiser* Guilherme I, em 1871. *Kyffhäuser* é um morro arborizado nas Montanhas Harz onde, conforme a lenda, vive Frederico I, o Barbarossa, pronto para regressar e auxiliar os alemães em caso de grande perigo nacional.

30. Refere-se à tentativa de reconciliação do *Kaiser* com Bismarck naquele ano.

tro de gravidade da *intelligentsia* política está se deslocando irresistivelmente para as cidades. Esse deslocamento é o fator político decisivo no desenvolvimento agrário do Leste.

Mas por que mãos a função política dos *Junker* está passando, e o que podemos dizer a respeito de sua vocação política?

Sou membro das classes burguesas, sinto-me como tal e fui educado segundo suas convicções e seus ideais. No entanto, nossa ciência tem justamente por vocação dizer o que ninguém gosta de ouvir – nem aqueles que estão acima de nós, nem aqueles que estão abaixo, tampouco os que estão dentro de nossa própria classe. E quando me pergunto se hoje a burguesia da Alemanha tem maturidade suficiente para ser a classe que lidera politicamente a nação, não consigo, *hoje*, responder que sim. A burguesia não criou o Estado alemão com sua própria força, e, depois de criado, quem esteve à frente da nação foi aquela figura cesarista feita de outra substância, nada burguesa. Grandes tarefas na área da política de força não foram reapresentadas à nação; só muito mais tarde, de maneira tímida e quase relutante, iniciou-se uma “política de força” ultramarina, que nem chega a merecer esse nome.

Depois que a unidade da nação foi conquistada dessa maneira e que sua “saciedade” política foi estabelecida, a geração em crescimento da burguesia alemã, embriagada pelo êxito e sedenta de paz, foi tomada por um espírito peculiarmente “anistórico” e apolítico. A história alemã parecia ter chegado a seu fim. O presente era a plena realização dos últimos milênios. Quem ia querer saber se o futuro julgaria de outro modo? Com efeito, era como se a modéstia impedisse a história universal de ultrapassar esses êxitos da nação alemã para voltar à ordem do dia de seus acontecimentos cotidianos. Hoje que estamos sóbrios, convém-nos tentar levantar o véu das ilusões que nos oculta a posição de nossa geração no desenvolvimento histórico da pátria. E me parece que então julgaremos de modo diferente. Em nosso berço recebemos a pior maldi-

ção que a história pode dar de presente a uma geração: o duro destino de sermos *epígonos* políticos³¹.

Não é seu rosto miserável a nos encarar justamente agora, para onde quer que dirijamos nosso olhar na pátria? Aqueles dentre nós que não perderam a capacidade de odiar a pequenez reconheceram, com apaixonada e colérica tristeza, a manobra mesquinha dos *epígonos* políticos nos acontecimentos dos últimos meses – pelos quais os políticos burgueses são os primeiros responsáveis –, em muito do que foi proferido nos últimos dias no parlamento alemão e em algumas coisas que *a ele* foram ditas. O imponente sol que se encontrava no zênite da Alemanha e fazia com que o nome de nosso país brilhasse no canto mais remoto do globo quase parecia ser grande demais para nós, e ter queimado a capacidade política de julgamento que se desenvolvera lentamente na burguesia. Pois o que a vemos fazer?

É bastante manifesto que uma parte da alta burguesia anseia o surgimento de um novo César que a proteja tanto das massas do povo, vindas de baixo, quanto dos caprichos político-sociais vindos de cima, que elas suspeitam poder sofrer por parte das dinastias alemãs.

Outra parte submergiu há muito tempo naquele caráter filisteu da política, do qual amplas camadas da pequena burguesia nem chegaram a despertar. Depois das guerras pela unificação, quando a nação entrou em contato com as primeiras etapas de tarefas políticas positivas, a saber, a ideia de uma expansão ultramarina, essa burguesia carecia até mesmo daquele entendimento *econômico* mais rudimentar, que lhe diria o que significa para o comércio alemão em mares distantes ver suas bandeiras tremular nos litorais.

.....
31. O uso do termo “*epígono*” é muito menos raro em alemão do que em inglês. Talvez mais conhecido pelo título de um romance de Karl Immermann, *Die Epigonen* (1836), ele expressa o temor entre os intelectuais da classe média alemã do século XIX de serem condenados a mera imitação e debilidade com o fim do período de grandiosidade cultural (a Era de Goethe).

A imaturidade política de amplas camadas da burguesia alemã não se deve a razões econômicas nem à tão citada “política de interesses”, que outras nações conhecem não menos do que nós. A razão está em seu passado apolítico, no fato de que o trabalho de educação política de um século não pode ser recuperado em uma década e de que o domínio de um grande homem nem sempre é um recurso de educação política. Neste momento, a questão vital para o futuro político da burguesia alemã é saber se não é *tarde* demais para recuperar essa educação. Nenhum elemento *econômico* pode substituí-la.

Será que outras classes terão um futuro político mais promissor? Autoconfiante, o proletariado moderno apresenta-se como herdeiro dos ideais burgueses. Como fica sua aspiração à liderança política da nação?

Quem hoje disser que a classe operária alemã é politicamente madura ou está a caminho da maturidade só pode ser um adulator que almeja os questionáveis louros da popularidade.

Do ponto de vista econômico, as camadas mais altas da classe operária alemã estão muito mais maduras do que o egoísmo das classes proprietárias gostaria de admitir, e com razão ela exige a liberdade de defender seus interesses também na forma de uma luta aberta e organizada pelo poder econômico. Todavia, *do ponto de vista político*, ela está infinitamente menos madura do que pretende fazer crer uma panelinha de jornalistas que deseja monopolizar sua liderança. Nos círculos desses burgueses desclassificados, é com deleite que se brinca com as reminiscências de cem anos atrás. De fato, conseguiu-se aqui e ali que algumas almas temerosas considerassem-nos os sucessores espirituais dos homens da Convenção³². No entanto, eles são infinitamente mais inofensivos do que pensam que são, pois neles não vive nenhuma faísca daquela

.....
32. Weber refere-se à Convenção Nacional Francesa (1792-95), que proclamou a República e aprovou uma série de medidas revolucionárias.

energia de catilinária que leva à *ação* nem o menor sopro da poderosa paixão *nacional* que se fazia sentir nos salões da Convenção. São miseráveis pequenos mestres-artesãos políticos, que carecem dos grandes instintos de *poder*, próprios de uma classe com vocação para a liderança política. Ao contrário do que tem sido dito aos operários, atualmente os interessados que fazem parte do capitalismo não são os únicos a se opor politicamente à sua participação no governo do Estado. Se investigassem as salas em que se reúnem os intelectuais alemães, os operários encontrariam poucos vestígios de uma comunidade de interessados com capital. Porém, *também* queremos saber se *têm maturidade política*, e somos seus adversários políticos porque, para uma grande nação, não há nada mais devastador do que a liderança nas mãos de uma *pequena burguesia politicamente* despreparada e porque o proletariado alemão ainda não perdeu esse caráter. E por que o proletariado da Inglaterra e o da França são em parte diferentes nesse aspecto? O fato de terem recebido há mais tempo uma educação em *economia* por parte dos operários ingleses, que se organizaram para lutar por seus interesses, não é a única razão, mas é sobretudo um fator *político*, a saber, a ressonância da *posição de potência universal*, que sempre coloca o Estado diante de grandes tarefas na área da política de força e submete os indivíduos a uma educação política crônica, que em nosso país eles só recebem quando as fronteiras são ameaçadas. Igualmente decisivo para *nosso* desenvolvimento é saber se uma grande política é capaz de nós lembrar da importância das grandes questões de poder político. Temos de compreender que a unificação da Alemanha foi uma travessura que a nação fez na velhice e que, considerando seu custo elevado, melhor seria se tivesse deixado de fazê-la, já que era para ser o fim, e não o ponto de partida, de uma política alemã de potência mundial.

O aspecto *ameaçador* de nossa situação é o fato de que as classes burguesas, como portadoras dos interesses de *poder*

da nação, parecem estar murchando, sem haver sinal algum de que os operários estejam suficientemente maduros para ocupar seu lugar.

Conforme acreditam aqueles que fitam hipnotizados as profundezas da sociedade, o perigo *não* está nas grandes *massas*. O sentido mais profundo do problema político-social não é a questão sobre a situação *econômica* dos *dominados*, mas, antes, aquela sobre a qualificação *política* das classes *dominantes* e *ascendentes*. A finalidade de nosso trabalho político-social não é fazer o mundo feliz, e sim *unificar socialmente* a nação, que foi fragmentada pelo desenvolvimento econômico moderno, a fim de prepará-la para as pesadas lutas do futuro. Se, de fato, conseguíssemos criar uma "aristocracia operária" que fosse a portadora do propósito político que sentimos faltar hoje ao movimento do proletariado, a lança que o braço da burguesia aparentemente ainda não consegue carregar por não ter força suficiente poderia ser sustentada pelos ombros mais largos dos operários. Mas, até lá, o caminho parece longo.

No entanto, por ora percebemos uma coisa: há um imenso trabalho de educação *política* a ser realizado, e não temos nenhum dever mais sério além daquele de nos conscientizarmos, cada um em seu círculo limitado, justamente dessa *tarefa* de contribuir para a educação *política* de nossa nação. Esse também deve continuar sendo o objetivo supremo de nossa ciência em particular. O desenvolvimento econômico dos períodos de transição ameaça decompor os instintos políticos naturais. Seria uma desgraça se a ciência econômica tomasse o mesmo rumo ao criar um eudemonismo brando, ainda que de forma espiritualizada, atrás da ilusão de ideais "político-sociais" independentes.

Por isso, certamente cabe a nós em particular lembrar que a tentativa de formular em artigos de lei um voto de desconfiança em relação ao futuro social pacífico da nação é o contrário da educação política. Pode-se dizer o mesmo quando o

*brachium saeculare*³³ pega na mão da Igreja para buscar apoio para suas autoridades temporárias. Todavia, o contrário da educação política também se manifesta nos latidos rotineiros daquele coral sempre crescente de políticos sociais de meia-tigela – que me perdoem a expressão –, bem como naquele amolecimento do coração, até amável e respeitável do ponto de vista humano, porém indescritivelmente filisteu, que acredita poder substituir ideais políticos por outros “éticos”, identificando-os ingenuamente com esperanças otimistas de felicidade.

Mesmo perante a enorme miséria das massas da nação, que tanto pesa na aguçada consciência social da nova geração, temos de confessar com honestidade que a consciência de nossa responsabilidade *perante a história* pesa ainda mais sobre nós. Não é dada à nossa geração a oportunidade de ver se a luta que travamos trará frutos, se a posteridade *nos* reconhecerá *como seus antepassados*. Não conseguiremos banir a maldição que paira sobre nós: a de sermos filhos póstumos de uma era politicamente grande, a não ser que saibamos assumir um papel diferente, a saber, o de precursores de uma era ainda maior. Será esse nosso lugar na história? Não sei, e limito-me a dizer: a juventude tem direito de reconhecer a si mesma e a seus ideais. Não são os anos vividos que fazem do homem um ancião. Ele continuará jovem enquanto conseguir sentir as *grandes* paixões que a natureza colocou dentro de nós. Sendo assim – e com isso permitam-me concluir –, não é o peso de milênios de uma história gloriosa que faz envelhecer uma grande nação³⁴. Ela permanecerá jovem enquanto tiver a capacidade e a coragem de reconhecer a si mesma e os grandes instintos que lhe foram dados, e quando suas camadas dirigentes conseguirem elevar-se na atmosfera dura e clara na qual prospera o trabalho sóbrio da política alemã, mas na qual também sopra a grandiosidade séria do sentimento nacional.

33. “Braço secular”.

34. Nietzsche havia creditado a fraqueza contemporânea ao “excesso de história” no segundo capítulo de seu *Meditações contemporâneas*, sob o título “Dos usos e desvantagens da História para a vida”.

Sobre a situação da democracia constitucional na Rússia¹

Tomo a liberdade de adicionar ao relato anterior, gentilmente colocado à nossa disposição², algumas observações sobre a corrente política que deu origem ao projeto. A questão

1. “Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Rußland” foi publicado no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 22; I (1906). Este é o único ensaio de Weber nesta coleção que foi substancialmente abreviado. Asteriscos marcarão as omissões. Quando estas forem longas, notas de rodapé indicarão os temas tratados nestas seções.

O título de Weber, “Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Rußland”, cria dificuldades para a tradução, já que não há um equivalente em inglês para *bürgerlich* (ver Glossário) que transmita integralmente o sentido do termo em alemão. Ao longo de seu argumento, o próprio Weber ressalta, com veemência, que *bürgerlich* não deveria ser confundido com a palavra alemã *Bourgeois*, um termo recentemente importado do francês; era usado com referência àquele capitalista “que faz dinheiro” e carregava consigo conotações desagradáveis do prosaísmo materialista e da brutalidade do Segundo Império Francês. Uma segunda complicação surge da ambiguidade da expressão “*bürgerliche Demokratie*”, que significa tanto uma *forma* de democracia (constitucional e liberal) quanto os partidos e grupos sociais que lutam para atingi-la. Aqui traduzimos “*bürgerlich*” livremente por “constitucional”, primeiramente porque o grupo responsável por publicar o projeto sob discussão chamava a si próprio de “democrata constitucional” e também para destacar as aspirações de unificação do movimento em questão, em detrimento de uma definição muito limitada, caso feita em termos de classe.

2. Weber refere-se ao artigo de S. Zhivago, “Loi fondamentale de l'Empire Russe. Project d'une constitution russe élaboré par un groupe de la Ligue de d l'Affranchissement (constitutionalistes-démocrates russes)” (Paris, 1905),